Ata da audiência pública de apresentação e avaliação da execução orçamentária, financeira e de gestão fiscal do 2º quadrimestre de 2024 do Município de Cocal do Sul.

Local de Apresentação: Câmara de Vereadores - Data: 25/09/2024 – Horário: 10 hs - Transmitida pela TV câmara no endereço eletrônico: www.camaracocal.sc.gov.br/tvcamara.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois e vinte e quatro, foi apresentado em audiência pública, o resultado da execução orçamentária, financeira e de gestão fiscal do 2º quadrimestre de 2024 do Município de Cocal do Sul. Conforme legislação vigente, e princípios legais relacionados à transparência da gestão pública, a seguir serão detalhados os resultados alcançados nesse período. Os resultados apurados representam valores consolidados, isto é, representam a execução orçamentária e financeira, considerando todos os órgãos, Fundos, Fundações e Autarquias municipais, bem como o poder legislativo. Na execução orçamentária observou-se que a receita arrecadada totalizou R$ 85.722.500,03, representando 68,58% da previsão estimada da receita na Lei Orçamentária Anual - LOA de R$ 125.000.000,00. A despesa liquidada foi de R$ 82.330.166,92, representando 54,51% do orçamento fixado ajustado de R$ 151.023.411,67. Com isso o resultado do balanço orçamentário obteve um superávit de R$ 3.392.333,11. A evolução da receita corrente líquida no período de janeiro a agosto de 2024, em comparação ao mesmo período de 2023, foi de 25,15% nominal e de 21,44% real, considerando uma inflação do ano de 2023 de 3,71%, indicando um incremento significativo das receitas. Sobre as subfunções de aplicação de recursos governamentais, também destacamos os de maior alocação de valores, saúde, educação e infraestrutura. Quanto a gestão fiscal os indicadores de aplicação de recursos em educação foram de 27,09% da receita de impostos e transferências de impostos, ficando o valor acima do mínimo constitucional de R$ 1.168.124,38, sendo o total aplicado em educação no período de janeiro a agosto de 2024 em R$ 17.433.565,24. Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, foram aplicados o valor de R$ 10.507.416,19 em remuneração dos profissionais em educação (70%), que perfazem um percentual de 92,99% da receita recebido no montante de R$ 11.299.527,30. Quanto aos gastos com saúde, no período totalizaram o valor total de R$ 21.034.096,96, sendo apurado o valor de R$ 15.642.608,56, de recursos de impostos e transferências de impostos, que representaram 28,61% cumprindo assim o mínimo legal estabelecido em 15%, com o valor acima do limite de R$ 7.441.854,64. Na apuração dos limites da emenda constitucional 109/2021, obteve-se um percentual de 89,82%, não ultrapassando, portanto, o percentual máximo de 95%, conforme artigo 167-A da Constituição Federal. Na análise das despesas com pessoal do poder “executivo” no período móvel de setembro de 2023 a agosto de 2024, apurou-se o percentual de 44,85%, abaixo do limite máximo de 54%, que está estabelecido no art. 20 da LRF. O poder “legislativo” por sua vez, apresenta um índice 1,49%, cumprindo o disposto no artigo 20 da L.R.F., que estabelece os percentuais máximos de 6%. No demonstrativo da dívida consolidada (longo prazo) temos um montante de R$ 22.903.532,15, que representa 18,86% da receita corrente liquida ajustada. A dívida flutuante (curto prazo), apresenta valor de R$ 12.755.495,69, frente as disponibilidades de caixa ou equivalente de caixa, temos um valor bruto de R$ 21.914.588,91. Seguindo com uma análise do controle por fonte de recursos, observa-se que nas fontes ordinárias temos um déficit de R$ 663.570,64 em relação as despesas liquidadas a pagar. No demonstrativo de restos a pagar foram inscritos em 31/12/2023 o valor de R$ 4.543.675,19 entre processados e não processados e pagos no quadrimestre o valor R$ 4.333.531,89 e anulados o valor de R$ 123.881,785, com um saldo a pagar de R$ 86.261,52. Em seguida foi aberto espaço para perguntas, em que houve questionamentos sobre ao saldo de restos a pagar, se, portanto, o montante anulado qual seria motivo. Que seriam empenhos não liquidados sem entrega de bens ou serviços no prazo determinado. Qual seria o motivo e a forma de se realizar um ajuste orçamentário de convênios e emendas, quando não previstas no orçamento original. Em seguida, deu-se por encerrada a Audiência Pública, ficando os canais de ouvidoria, acesso a informação, portal de transparência, através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, disponíveis para outros questionamentos.

Cocal do Sul, SC, 25 de setembro de 2024.

Ata da audiência pública de apresentação do relatório resumido da execução orçamentária, financeira e gestão fiscal do 2º quadrimestre de 2024 do Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul.

Local de Apresentação: Câmara de Vereadores - Data: 25/09/2024 – Horário: 11 hs – Transmitida pela TV câmara no endereço eletrônico: www.camaracocal.sc.gov.br/tvcamara.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, as 11:00 horas da manhã, foi apresentado em audiência pública, o resultado da execução orçamentária, financeira e de gestão fiscal do 2º quadrimestre de 2024 do Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul em cumprimento a lei complementar 141 de 13 de janeiro de 2012. Ressaltamos que a execução orçamentária, financeira e de gestão fiscal, foi encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde para conhecimento e avaliação por parte de seus membros. A receita do Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul apresentou valor arrecadado e recebido no 2º quadrimestre de 2024 de R$ 6.681.329,91, que representou um percentual de 99,71% em relação ao valor orçado de R$ 6.701.000,00. O total de gastos com saúde no período foi de R$ 21.034.096,96, representando 58,43% do orçamento atualizado de R$ 35.999.293,61. A análise de percentuais da despesa, mostram que 44% foram com despesas com pessoal e 55% de outras despesas correntes e 1% de despesas com investimentos. Dos recursos aplicados em saúde, 74,37% foram de origem municipal, 22,49% de origem federal, 2,92% de origem estadual e 0,22% de recursos próprios. Na classificação por função/subfunção, conforme portaria nº 42 de 14 de abril de 1999: 52,12% em atenção básica, 40,10% em Assistência Hospitalar e Ambulatorial,0,79% em vigilância sanitária, 1,72% em vigilância epidemiológica e 5,27% em suporte profilático e terapêutico. No cálculo do percentual mínimo da aplicação de recursos em saúde foi de 28,61% - valor mínimo é de 15% EC 29 – cujo valor de R$ 8.200.753,92, ficou acima do mínimo estabelecido em R$ 7.441.854,64. Dentre os gastos com saúde, o valor de R$ 3.825.818,32, foram executados através de aquisição de produtos e serviços através de consórcios públicos. Os restos a pagar que foram inscritos em 31/12/2023 totalizaram o valor de R$ 1.480.638,11, e foram pagos até o período o valor de R$ 1.473.741,76, anulados R$ 4.881,25, e saldo a pagar no valor de R$ 2.015,10. A disponibilidade financeira no final do período em análise era de R$ 2.373.217,35, e as obrigações financeiras com fornecedores, pessoal e consignações a pagar a terceiros de R$ 1.560.024,48, gerando uma disponibilidade liquida de caixa de R$ 813.192,87. Até o quadrimestre foram transferidos para instituições privadas sem fins lucrativos o valor de R$ 2.793.900,05, para gestão do pronto atendimento e realização de cirurgias ortopédicas. Em seguida, foi aberto para as perguntas, dúvidas e questionamentos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a audiência pública de apresentação do relatório resumido da execução orçamentária, financeira e de gestão fiscal do 2º quadrimestre de 2024 do Fundo Municipal de Saúde. Ficam os canais de ouvidoria e acesso a informação através do site www.cocaldosul.sc.gov.br , disponíveis para pedidos de demais informações.

Cocal do Sul/SC, 25 de setembro de 2024.